O EXERCÍCIO DA SOCIEDADE NO ESPAÇO URBANO: A DIMENSÃO POLÍTICA DO USO DO SOLO URBANO

Maria Lucia Bastos Coelho[1]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, ocorreram inúmeras transformações sociais e econômicas no Brasil. As cidades passaram a desenvolver diferentes funções e a concentrar população. Inúmeros conflitos sugiram, exigindo que o Estado adotasse políticas urbanas, tomando decisões que afetariam o processo de organização do espaço urbano, assim, a questão urbana passou a fazer parte da agenda política.

No caso brasileiro, a implantação de uma política urbana democrática exige que se aprimorem os mecanismos descentralizadores dos recursos financeiros e das decisões; reformas que são necessárias para garantir transparência e a participação popular.

DESENVOLVIMENTO DO PLANEJAMENTO E A QUESTÃO DA MORADIA

É na perspectiva de desenvolver um planejamento estratégico e participativo que o Governo Federal em 2004, aprovou no âmbito do Conselho Nacional das Cidades (CNC) a Política Nacional de Habitação (PNH) e, em 2005, instituiu por Lei Federal o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – (FNHIS). O SNH representa o principal instrumento da PNH e estabelece como base do seu desenvolvimento o planejamento estratégico de modo participativo e democrático.

Em especial nas questões referentes ao direito à moradia, não só como o direito à unidade habitacional, mas sobremaneira, como o direito pleno à cidade e a todos os benefícios urbanos que dela decorrem, pois, o uso do solo urbano cumpre uma função social, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

[1] Graduanda de Geografia da UEG/UNUCSEH -Programa de Iniciação Científica – PBIC/UEG

Nesse contexto, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), enquanto exemplo de plano setorial, objetiva apontar caminhos para que se promovam a redução significativa das necessidades habitacionais locais e o constante monitoramento da realidade local.

A cidade de Anápolis distingue-se pelo seu espaço geográfico e pela sua economia. Sua organização produtiva está associada aos setores comercial e industrial que oferece um incremento local expressivo. E, apesar da redução percentual do número de pobres na faixa mais baixa, os problemas urbanos têm se agravado nos últimos anos.

Todavia entendemos que existe uma demanda real por moradia na cidade, impactando consideravelmente o mercado imobiliário, com uma valorização dos imóveis por parte de especuladores e investidores do setor.

A questão da moradia passa a ter um conteúdo político e, até mesmo, simbólico que representa a consolidação dos direitos fundamentais da vida em sociedade. Reflete na formação e reconhecimento da cidadania como elemento essencial para a vida coletiva. Inclusive Gomes (2002, p. 173) afirma que a cidadania "[...] é um pacto social estabelecido simultaneamente como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território". E, esse sentimento de pertencimento induz na busca dos direitos básicos do cidadão, entre eles o de ter um endereço e sua respectiva casa. Esse pacto associativo é formal e pretende assegurar os direitos e deveres de cada indivíduo.

O recorte espacial que embasa a pesquisa discutida neste trabalho envolve a população na faixa de até 3 salários mínimos, grupo priorizado pelos programas governamentais direcionadas para a moradia popular. Portanto, a metodologia a ser desenvolvida se articula à compreensão de que a questão da moradia envolve, em princípio, a questão da renda que garante o acesso ao solo urbano. Porém, este acesso ocorre de forma conflituosa e excludente, o que influi na adoção de mecanismos de intervenção do Estado para minimizar, ou em uma perspectiva otimista equacionar, o problema da falta de moradias disponíveis para atender a essa camada da população. Portanto, este trabalho propõe a análise da dimensão política articulada ao projeto "A Função Social da Propriedade Urbana: o exercício da cidadania na luta por moradia na cidade de Anápolis GO". Estrutura a produção do conhecimento com base no método dialético, por compreender a necessidade de discutir os conflitos e contradições presentes na temática estudada. Conforme o projeto que dá origem ao presente plano, com

base em Rudio (2007) entende as fases propostas na metodologia, como um caminho a seguir, entretanto, esse caminho oferece ao pesquisador a oportunidade de se manifestar e se expressar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação em um projeto de Iniciação Científica representa um momento importante de aprofundamento teórico e de desenvolvimento de habilidades de pesquisa necessárias na vida acadêmica e profissional. Além disso, a produção de informações sistematizadas sobre a realidade local possibilita a compreensão do processo de produção do espaço urbano. Também, esperamos empregar os dados obtidos na pesquisa na produção de textos, artigos e, possivelmente, no Trabalho de Conclusão de Curso.

Em síntese, o desenvolvimento do presente plano será importante para a produção de informações sistematizadas sobre a política urbana local, bem como a produção de banco de dados com informações sobre os agentes do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de junho de 2002, p. 0001 a 0003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato**. O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995 (série Princípios).

GOMES, P. C. C. **A Condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Dados censitários de 2007. Disponível em: <http//: www.ibge.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS/SECRETARIA DE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL. Proposta preliminar do Plano Local de

Habitação de Interesse Social do Município de Anápolis/GO. Anápolis, mimeo, 2009.

RUDIO, P. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.